



GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

35ª Reunião do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH

Brasília/DF.

29 de Junho de 2016.

(Transcrição ipso verbo)

Empresa ProixL Estenotípia

1 Item 3.1 – Deliberação sobre proposta de Resolução que estabelece diretriz e
2 critérios gerais para definição das derivações e captações de recursos hídricos
3 superficiais e subterrâneos, lançamentos de efluentes em corpos de água e
4 acumulações de volumes de água de pouca expressão, considerados
5 insignificantes, os quais independem de outorga de direito de uso de recursos
6 hídricos, e dá outras providências; encaminhada pela Câmara Técnica de
7 Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras –
8 CTPOAR;

9
10
11 **O SR. SÉRGIO GONÇALVES (Diretor do DRH/SRHU)** – Bom dia a todas e a
12 todos, vamos fazer a leitura do item 3.1 de pauta, matéria que foi objeto de pedido
13 de vista durante a 38ª Reunião Extraordinária do Conselho, deliberação sobre
14 proposta de Resolução que estabelecem diretrizes e critérios gerais para definição
15 das derivações e captações de recursos hídricos superficiais e subterrâneos,
16 lançamento de efluentes em corpos de água e acumulações de volume de água
17 de pouca expressão, considerados insignificantes, os quais independem de
18 outorga de direito de uso de recursos hídricos e dar outras providência,
19 encaminhada pela Câmara Técnica de Integração e Procedimento de Outorga e
20 Ações Regulatórias, CTPOAR. O histórico, é necessário nós lermos o histórico?
21 Se for eu pós fazer leitura, tem um histórico aqui.

22
23
24 **O SR. RICARDO J SOAVINSKI (Secretário-Executivo do CNRH)** – Eu acho que
25 é bom.

26
27
28 **O SR. SÉRGIO DE ALMEIDA BASTOS (FIEB)** – Então, tem um histórico, a
29 proposta de Resolução entrou em pauta na reunião da CTPOAR, a 87ª Reunião
30 realizada em trinta de novembro e primeiro de dezembro de 2011, a partir da
31 reunião subsequente realizada em 06 e 07 de março de 2012, iniciou-se a

32 discussão sobre a proposta de Resolução do uso de pouca expressão, inclusive
33 com apresentações sobre o tema. A CTPOAR concluiu a proposta de Resolução,
34 na sua 97ª reunião, ocorrida em 09 e 10 de dezembro de 2013, após entrar em
35 pauta de reunião, na Reunião Ordinária do Conselho, na sua 31ª Reunião
36 Ordinária, realizada em 09 e 10 de junho de 2014, a proposta de resolução
37 retornou a CTPOAR, para alguns ajustes finais, concluídos em 21 do dez de 2014,
38 durante a 103ª reunião. A proposta foi novamente colocada em pauta durante a
39 33ª Reunião Ordinária do Conselho, realizada em 29 de junho de 2015, durante a
40 reunião foram apresentados novos questionamentos que precisaram de ajustes na
41 proposta, por isso a matéria foi retirada de pauta, com orientação de retornar a
42 CTPOAR. Durante a 108ª reunião, a CTPOAR realizou a reunião de toda a
43 proposta de resolução, inclusive consultando diretamente os segmentos que
44 apresentaram questionamentos durante a 33ª Reunião Ordinária do Conselho,
45 após essa revisão, com participação dos diferentes segmentos e membros, a
46 Câmara Técnica finalizou a proposta durante a sua 108ª reunião, realizada nos
47 dias 21 e 22 de outubro de 2015, essa proposta entrou em pauta na 38ª Reunião
48 Ordinária do Conselho. Essa é a 35ª, então aquela não foi 38ª, foi a extraordinária,
49 então a 38ª Extraordinária do Conselho. Então, nós temos essa, que foi a última
50 movimentação e foi feito esse pedido de vistas, e os procedimentos, esclarecer
51 que na 38ª Reunião Extraordinária, a matéria foi objeto do pedido de vistas por
52 parte do conselheiro João Fernandes da Silva do Conselho Estadual da Paraíba, e
53 do conselheiro João Clímaco, representante de ONGs, informar que os
54 conselheiros elaboraram parecer justificando o pedido de vistas e propondo
55 encaminhamentos para as propostas de Resolução. Então, nós temos isso, isso
56 foi disponibilizado, foi mandado os relatórios dos conselheiros, foi disponibilizado
57 durante, todo o material que foi entregue da pauta. Então, todos os conselheiros e
58 conselheiras receberam com antecedência regimental esses pareceres. Então,
59 nós temos agora, secretário, como já trabalhar com procedimento das defesas e
60 leitura pelos proponentes do pedido de vistas para que o Conselho possa dar o
61 encaminhamento.

O SR. RICARDO J SOAVINSKI (Secretário-Executivo do CNRH) – Bem, eu acho que está claro aqui o histórico e os procedimentos que vamos adotar. Então, gostaria de convidar para fazer uso da palavra, por dez minutos, o conselheiro João Fernandes, para apresentar a defesa e justificativa dos encaminhamentos, por favor. Bem-vindo.

O SR. JOÃO FERNANDES DA SILVA (Conselho Estadual da Paraíba) – Sr. Presidente da mesa diretora dos trabalhos, Dr. Ricardo Soavinski, o nosso secretário, Dr. Sérgio Gonçalves, nosso diretor de Recursos Hídricos, senhores conselheiros, companheiros servidores do Governo Federal, minhas senhoras e meus senhores, é com satisfação que nós voltamos ao trabalho, secretário. Dizendo inicialmente da alegria de encontrar hoje aqui, não apenas o secretário, que é quem dirige, em regra, os trabalhos dessa Comissão, mas, sobretudo, a presença do ministro, o ministro que já esteve nessa área, já esteve nesse Ministério, e que reafirmou o seu compromisso de cuidar do meio ambiente do Brasil e de cuidar dos recursos naturais nossos, mas, sobretudo, cuidar dos recursos hídricos do Estado Brasileiro. Isso é muito bom, é bom que ele tenha vindo hoje e que ele possa voltar sempre para ouvir o grito dos conselheiros, o grito da sociedade brasileira, e possa sintonizar o seu rádio na frequência do nosso povo, e consequentemente nós fazermos alguma coisa, na 38ª Reunião desse Conselho, Extraordinária, veio à plenário para discussão a proposta que trata de recursos, diretrizes, definição de diretrizes para recursos de pouca expressão ou recursos insignificantes, e como essa proposta trabalhava com duas variáveis, vamos dizer, chamar de duas variáveis, porque trabalhava com a Lei 9.433, que é a Lei das Águas, a Lei que nós todos conhecemos, mas também tentou puxar a Lei de Segurança de Barragem, e ao tentar disciplinar a matéria, me parece que estávamos sendo rigorosos demais ou trabalhando não com o Brasil real, estávamos querendo impor recursos de pouca expressão e notadamente acumulações de pouca expressão às regras atinentes às barragens.

92 E, por isso que nós pegamos relatórios já que existia, o Dr. Sérgio me concedeu a
93 honra de ler mais ou menos o relatório, porque eu tive o cuidado, em respeito ao
94 trabalho que vinha sendo realizado pela Comissão e por todos os membros dessa
95 instituição, respeitar aquele relatório, e só a partir dele é que eu poderia
96 acrescentar alguma coisa, se é que eu vou dar alguma contribuição significativa
97 nessa história. Portanto, o relatório é aquele que o Dr. Sérgio apresentou, o
98 relatório preliminar ou o histórico dos fatos. E, digo que da análise dos
99 documentos, eu cheguei à seguinte conclusão, nós temos um projeto de
100 Resolução, que eu vou até ele aqui. Se você puder abre a minuta aí, por favor.
101 Que eu pensei que eu iria comandar, mas o meu comandante está aí, substitutivo
102 a minuta de Resolução. Eu estou tentando encontrar a forma de ser mais claro,
103 para não perdermos tempo, e eu tentar dar o meu recado. Esse é o histórico que o
104 Dr. Sérgio já, com o brilhantismo e com a boa leitura apresentou, e só a partir
105 daqui é que se chamaria de análise, mas pode acrescentar, que eu vou direto à
106 Resolução, e aquilo que eu grifei como passível de restrições de nossa parte e de
107 subtração do texto do projeto de Resolução. Aí dava para comentar alguma coisa,
108 se faz referência ao Art. 12, que é aquele que trata da cobrança dos recursos
109 hídricos e que estabelece quais são os recursos que independem de outorga, e
110 consequentemente independentemente de outorga independente inclusive da cobrança
111 pelo fornecimento desta água, aí está, independente de outorga do poder público,
112 conforme definido em regulamento, esse regulamento é o que, em tese, seria o
113 que nós estamos construindo, mas melhor seria o regulamento estabelecido a
114 partir da proposta do Comitê de Bacia, que é o que está escrito, se não me
115 engano, no Art. 38 da Lei 9.433, que diz que a competência, eu diria, originária ou
116 o ponto de partida originária era lá no Comitê de Bacia, propondo exatamente as
117 definições desses parâmetros para fins de dispensa de outorga. Aí, dentre os
118 incisos de um § 1º que tem, só o terceiro é o que teria haver com as restrições, as
119 acumulações independem das acumulações do volume de água considerados
120 insignificantes. É claro que esse conceito de insignificante ou de pouca expressão
121 não está contido no nosso projeto de Resolução, se for feita uma leitura de pé a

ponta, da primeira palavra a última palavra dele, nós não definimos claramente isso. Nós, certamente, miramos na grama doutrina, certamente nós nos miramos numa Resolução que tem da Agência Nacional de Águas, a Resolução 1.175 de 2013, que foi o único documento que eu encontrei que trata de estabelecer usos insignificantes, e conseqüentemente de estabelecer usos de pouca expressão. Eu creio que a ANA fez isso, e fez com uma restrição, tratou apenas e tão somente dos recursos federais ou federalizados, porque essa competência no nosso entender deve ser dos conselhos estaduais de recursos hídricos, a partir de proposta dos seus comitês de bacias, porque recurso de pouca expressão na Paraíba, lá nós temos limite de 48 metros cúbicos/dia, a Resolução da ANA fala em 84 metros cúbicos/dia em mananciais, evidentemente, federais, mas a Paraíba tem uma realidade, se for estabelecer que é de pouca expressão para Amazônia, 84 litros, metros por... 84 não, 48 metros cúbicos por dia, você está cometendo uma heresia, na Amazônia que tem setenta por cento, arredondando, das águas do Brasil, nós não podemos estabelecer. Ou seja, isso respeita inclusive o tal do princípio federativo, nós somos vinte e sete Estados, somos diferentes, temos realidades diferentes, e principalmente, senhor secretário, nós lá do Nordeste. Daí porque se entende que essa matéria deveria evidentemente ficar a definição do Comitê de Bacia, que é o que diz, se não me engano, o Art. 35, inciso 5º, e depois, de certo modo, o artigo 38, quando estabelece quem tem competência para estabelecer essas prioridades, por isso que nós tomamos esse cuidado de retirar essa expressão. Depois se fala das leis, das competências, o que eu falei, compete aos comitês de bacias no âmbito de sua área de atuação, conseqüentemente o nacional e o estadual, propor ao Conselho Nacional e aos conselheiros estaduais de recursos hídricos as definições, não tem na Lei, coincidentemente engoliram essa palavra, mas são as definições de acumulações, derivações, captações e lançamento de pouca expressão, para efeito de isenção da obrigatoriedade da outorga dos recursos hídricos, de acordo com o domínio, seja domínio estadual, seja domínio federal. Por isso é que em todo o projeto que nós pegamos, nós mandamos suprimir essas acumulações, as acumulações, e

mais do que isso, e a forma com que nós apresentamos, aí está o projeto, esse projeto fundamentalmente retira a expressão acumulações, porque nós devemos tratar fundamentalmente nessa Lei uma parte da regulamentação da Lei 9.433, que é o uso de pouca expressão de captação, retirada, captação e derivações, deixando para quando a Resolução 16, que um dia será retificada aqui, porque ela tem parece que quinze anos da vida, ela for tratada novamente aqui, ela possa atualizar essas questões das acumulações, porque só se trata timidamente a matéria, eu só encontrei, repito, um documento que trata de conceituar o uso de pouca expressão, usos insignificantes. Eu quero mostrar no texto onde eu fiz as intervenções ou fiz as cirurgias plásticas no mesmo. Vou finalizar. Os considerandos já é do conhecimento de todos. Bem, no Art. 1º, nós tivemos em corpos hídricos e acumulações de volume de água, exatamente porque em corpos hídricos é redundante e acumulação de volume não deveria ser tratada. No Art. 2º retira essa mesma expressão, no § único, repetimos, de igual modo. No art. 3º, não apenas mexemos na expressão de que falei, mas suprimimos inclusive o § único, que trata da determinação de acumulação de volumes de pouca expressão, porque não tem, para nós, nenhum sentido tratar de trazer a aplicação desses instrumentos legais aos recursos de pouca expressão. No Art. 4º a mesma coisa. No 5, nós esse limite individual, no § 1º do Art. 5, retiramos a expressão, fica uma coisa meio redundante, porque nós tiramos esse assunto de dentro para deixar a Resolução tratando de pouca expressão, de uso insignificante e de retirada, a captação de lançamentos no efluente, compatíveis com a Lei 9.433. Por favor, para eu concluir, senhor secretário, 8º, 9º, uma coisa que poderia ser ainda suprimido, e eu não fiz em tempo porque eu tive que entregar esse relatório em 30 de janeiro, eu tinha prazo para fazer a entrega desse relatório que nós estamos discutindo aqui agora em 30 de janeiro, e das leituras que nós fizemos, é que não tem sentido aplicar essas regras, as regras de fiscalização de barragem à barragens de pouca expressão, porque a Lei é bastante clara, as barragens que se submetem aquela legislação, ela tem que ter no mínimo capacidade de três milhões de metros cúbicos, e eu não conheço barreiro ou pequena acumulação de

três milhões, três milhões é um barramento significativo, extraordinário, ocupa uma área, é preciso ser num *canyon* muito profundo para ser pequeno, se não for nisso, é quatro, cinco, seis hectares. Por isso que não tem sentido. Então, nós mandávamos aplicar, portanto, concluo pela apresentação desse substitutivo que está no relatório, pela aprovação dessa Resolução, respeitando fundamentalmente o trabalho da Comissão, e fazendo essas alterações que é afastar a história das acumulações para tratarmos apenas e tão somente da pouca expressão, uso insignificante no relativo, na regulamentação da Lei 9.433. Era isso que tínhamos a dizer por enquanto.

O SR. RICARDO J SOAVINSKI (Secretário-Executivo do CNRH) – muito obrigado, conselheiro. Agora, na sequência, vamos convidar o conselheiro João Clímaco, que também pediu vistas, para fazer sua defesa e justificativas dos encaminhamentos, com o mesmo tempo, por favor.

O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (ACA) – Primeiramente, bom dia a todos, saudar aqui os conselheiros nessa primeira reunião desse ano, cumprimentar o novo secretário, o ministro que teve aqui, na pessoa do secretário, nós estamos enquanto segmentos das ONGs extremamente satisfeitos com a mudança, mudança sempre quando acontece nós sempre pensamos positivamente para melhor, não existe mudança para pior, mas existe, nós tivemos quatro outros, cinco anos, um estado de esvaziamento, de muita obstrução, a importância do Conselho Nacional de Recursos Hídricos por parte do Governo, e nesses últimos dias nós só estamos recebemos sinalizações positivas, até mais porque nós conhecemos o ministro de longas datas, até como implementador de políticas de recursos hídricos, e não temos porque não ficar otimistas com a vinda do nosso secretário, nossos secretário do FONASC-Paraná o conhece, e passaram para mim, e nós estamos participando também do

212 Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Paraná, e nós temos sempre uma
213 boa informação do trabalho que o nosso secretário realiza lá, então nós estamos
214 sentido um ambiente muito positivo de que o Conselho volte a ser uma instância
215 realmente, não omissa, mas afirmativa no que diz respeito a decisões sérias para
216 a política de recursos hídricos. Cumprimentando o nosso secretário na pessoa de
217 todos vocês, meus colegas conselheiros, eu queria dizer que nós fizemos um
218 pedido de vistas, nem tanto por conta da essência, a proposta ser, nós estarmos
219 contra a proposta no sentido total, mas sim porque ela poderia ser mais enfática
220 em algumas coisas que para nós são caras, são importantes, quando você vai
221 regulamentar a questão de uso e significância de recursos hídricos, você tem
222 realmente, como disse meu colega João, meu xará lá da Paraíba, um cenário
223 muito diverso, e é difícil nós conseguirmos fazer um nivelamento para atender
224 todas as dimensões desse País, eu concordo plenamente com a leitura do nosso
225 secretário, quem conhece o Nordeste, eu nasci em Pernambuco, muito embora
226 vivi a maior parte da minha vida em Minas, todo mundo no Nordeste tem
227 pequenas acumulações, seus agueiros, aguados no quintal, a minha avó tinha a
228 sua água guardada para a seca, então eu tenho isso como uma coisa que poderia
229 ser melhor trabalhada, se você viaja de avião na época das águas no Nordeste,
230 você vê, parece um tapete brilhando, e todo mundo com o seu açude particular em
231 casa, linda a impressão que o Nordeste tem, de área semiárida seca. Então eu
232 penso que esse olhar que o secretário da Paraíba fez merece ser considerado, e nós
233 legislar a questão de acumulação quando fizer a mudança da Resolução 16, eu
234 acho que foi muito feliz, e nesse ponto eu concordo com o nosso querido colega lá
235 da Paraíba. Mas, no nosso caso, nós tivemos um problema que é muito
236 recorrente, e que a solução dada pela Resolução não atendeu de maneira muito
237 objetiva, muito embora num decurso de quatro anos, ou são três anos que essa
238 Resolução está em discussão, nós evoluímos no processo para ela ser
239 aprimorada, mas chegou aqui ainda com aquele olhar um pouco centralizador,
240 quer dizer, a Resolução reflete a preocupação em segurança do agente público
241 que emite a outorga, quer dizer, ele está cercado de garantias do seu ato, para

242 que não seja incomodado por questionamentos, e na verdade a outorga é um
243 instrumento que ele não é uma prerrogativa do Órgão Gestor no sentido de que o
244 Órgão Gestor é uma coisa melhor do que o Comitê ou melhor do que o Conselho,
245 toda vez eu acho que um equívoco falar. O Órgão Gestor, como se ele tivesse
246 atribuições de Estado e o Comitê não fosse um ente de Estado, o Conselho não
247 fosse um ente de Estado, ele não fosse também um órgão gestor, quem faz a
248 gestão de recursos hídricos é o Comitê e os Conselhos Estaduais também, não é
249 o Órgão Gestor no sentido *stricto sensu* da palavra, e por isso ele tem atribuições
250 discricionárias maiores do que o Comitê. E, aí, nesse sentido nós colocamos uma
251 observação no Art. 10, no Art. 7, de resgatar. Queria que passasse a minha
252 proposta aí, pode ser? No Art. 7, primeiro vamos no Art. 7, resgata o protagonismo
253 do CBH como fator também importante para doação de iniciativas multilaterais
254 para a resolução do conflito. Então, nós queríamos colocar esse inciso, o CBH ou
255 demais instâncias colegiadas ou instância equivalente, por solicitação do seu
256 representante ou dos membros, também poderá solicitar a autoridade outorgante,
257 informações sobre a necessidade de revisão de critérios específicos de outorga
258 para uso insignificante, eu acho que nós nunca devemos abrir mão de criar
259 mecanismos falsos de obstruir o protagonismo dos comitês, mesmo que isso
260 esteja já na Lei, mas parece que tem gente que ainda vê uma coisa diferente,
261 Comitê e Órgão Gestor são duas coisas de poderes discricionários diferentes,
262 quando na verdade o Comitê é um Órgão Gestor da política de recursos hídricos
263 também, e é um ente de Estado. Então, essa coisa criou uma cultura
264 patrimonialista em alguns setores do Estado, que pensa que um é melhor do que
265 o outro, então nós tiramos essa ideia sempre quando fazemos uma resolução, nós
266 fortalecemos as instâncias que está na linha de frente, sem prejuízo do papel de
267 Estado do Órgão Gestor, do poder de polícia que ele tem e um tudo mais. Então,
268 isso aí foi só um adendo para enfatizar isso, mas a questão mais importante que
269 nós queríamos enfatizar nessa Resolução é uma que diz respeito a uns problemas
270 que nós temos quando há grande empreendimento, e você tem um grande
271 empreendimento, isso acontece muito em mineração e hidrelétricas, você tem um

272 grande empreendimento, como os usos insignificantes ditos não são cadastrados,
273 outorgados, e os que existem, na maioria dos Estados, são ainda desatualizados,
274 você tem que dar entrada no processo de EIA/RIMA e licença de operação, e faz
275 aquele estudo prognóstico, diagnóstico, e fala assim: a região não tem usos
276 expressivos de recursos hídricos, porque não está cadastrado esses usos, então
277 você ver um caso, por exemplo, de uma mineradora que nós participamos no
278 Comitê de Santo Antônio lá na frente do Rio Doce, lá a licença na construção dos
279 documentos de licenciamento tinha o relatório pelo fato de não ter cadastro dos
280 usos insignificantes ou não ter uma dimensão de qual valor, o tamanho daqueles
281 dos usos, então foi considerado o que estava escrito no sistema de informação da
282 SEMA lá. Então poderia se dá aquela outorga de maneira de grande uso
283 expressivo que impacta demais o volume de água do rio, no documento
284 desconsiderando centenas de agricultores familiares a jusante naquela bacia.
285 Então, nesses casos o próprio Estado tem que ser ator fundamental de quando ele
286 vai fazer a outorga, o Órgão Gestor e o próprio Comitê, quando ele faz a emissão
287 da outorga, está em processo de emitir esse instrumento, ele tem que patrocinar o
288 cadastramento. Na Resolução que saiu dava a impressão de que o grande
289 empreendimento, quando ele tem também uso insignificante ele tem que cadastrar
290 o uso insignificante, não é essa a ideia, foi isso que entendemos, e tentamos com
291 a nossa proposta melhorar, dando, atribuindo ao Órgão Gestor, em caso
292 específico de um impedimento que tem grande impacto numa bacia, que quando
293 você for fazer aquele licenciamento, o Órgão Gestor, e, aí, eu falo tanto o Comitê,
294 como a própria Secretaria que emite a outorga, promover o cadastramento, para
295 ter uma noção exata de quais usos e a quantidade de usos insignificantes de
296 usuários ditos insignificantes para aquela dimensão daquela bacia, e para sentir
297 aquela, para ter-se uma ideia de qual é, no balanço hídrico, o que se pode fazer
298 para aquela outorga do grande empreendimento não ser sujeita a
299 questionamentos, e isso está acontecendo em Minas Gerais, em vários
300 empreendimentos, porque você faz uma outorga de tantos mil metros cúbicos lá
301 de água para tubulação, para mineroduto, e, aí, é um volume de água que vai para

302 abastecer uma cidade, e ali, a jusante tem centenas de agricultores familiares que
303 nunca pensaram em fazer um cadastramento, aí nesse caso o Estado tem que
304 fazer o cadastramento, o Poder Público tem que promover o cadastramento.
305 Então, nós tentamos colocar isso na Resolução, no item, já no final, perto da
306 conclusão, na página sete, caberá ao Poder Público através de suas instâncias
307 competentes ou por solicitação do CBH, no caso de haver insignificância nas
308 regiões de influência de empreendimentos potencialmente impactantes, na
309 qualidade e quantidade de recursos hídricos, promover e apoiar tecnicamente, até
310 financeiramente o cadastramento de tratamento que aí independe de outorga,
311 inclusive, lançamento, e nesse caso, eu acho que grama acumulações deveria
312 entrar também de pouca expressão, considerada insignificantes, a linguagem não
313 é talvez a melhor, porque a nossa Câmara é de pessoas extremamente
314 competentes, é a elite tecnocrática do Brasil em termos de outorga, mas nós
315 temos essa dificuldade para fazer pessoal pensar além do ato de emitir outorga.
316 Então, terminando aqui, secretário, se nós conseguíssemos colocar esses dois
317 adendos na nossa proposta, nós estávamos, não desfigurando a proposta, nós
318 estávamos dando uma qualidade e dando uma linha operativa para que esses
319 momentos de emissão desse documento tão importante, desse instrumento, fosse
320 feito de maneira mais democrática, mais horizontal, e dentro do princípio do uso
321 múltiplo, como está dizendo na conclusão, e evitando assim conflitos entre
322 pequenos usos e grandes usos, fui claro?

323
324
325 **O SR. RICARDO J SOAVINSKI (Secretário-Executivo do CNRH)** – Vamos ver
326 no debate a clareza.

327
328
329 **O SR. JOÃO CLÍMACO SOARES DE MENDONÇA FILHO (ACA)** – Eu queria
330 fazer um registro aqui, secretário, a presença de uma amiga minha que veio
331 prestigiar aqui o nosso trabalho, é uma professora de oitenta e cinco anos,

apostou e nunca parou de dar aula, e todos os projetos de educação ambiental da FUNAST, ela está lá junto com as crianças, a minha querida amiga Judite, que sempre está prestigiando os nossos trabalhos, parabéns Judite que você está nos ajudando e nos prestigiando. (*Palmas!*).

O SR. RICARDO J SOAVINSKI (Secretário-Executivo do CNRH) – Muito bem-vinda professora Judite. Obrigado, conselheiro João Clímaco pela exposição. Entendo que não é uma matéria simples, têm alguns itens tanto de um como de outro, de ambos os conselheiros ali que não serão simples aqui, logicamente de encaminhamento e de entendimento. Até pelo tempo que a matéria tramita já, acho que em torno de quatro anos que a matéria tramita, mas antes de qualquer coisa, vamos conforme os procedimentos preveem no Regimento. Vamos abrir agora para as inscrições para as considerações, por favor, Sérgio, você pode, ou quem puder ajudar fazer as inscrições. Que são vários, eu preferia o seguinte, primeiro de tudo fazer as inscrições aqui que são vários. É que são vários aqui que eu vi, ou vai fazendo a inscrição, e eu pediria que a Secretaria fosse coordenando bem as falas, fazer um resumo, o Sérgio ajuda nisso aqui, para facilitar depois os encaminhamentos depois. Por favor, conselheiros, só lembrando de se apresentar e a instituição. Ok? Obrigado.

O SR. CARLOS EDUARDO NASCIMENTO ALENCASTRE (Comitê da Bacia Hidrográfica do Pardo) – Bom dia, eu sou conselheiro suplente, mas hoje estou representando segmento de comitês, associações intermunicipais e consórcios. Bom, essa matéria passou, já vem sendo discutida já há bastante tempo na CTPOAR e também na CTIL, e eu entendo, bom dia, Júlio, e eu entendo que nós decidirmos essa matéria hoje aqui, depois de ter pedido esses dois pedidos aí de modificação, enfim, eu acho que é um pouco prematuro, eu acho que essa matéria deveria voltar para cá, porque há uma confusão geral na minha cabeça, na cabeça

362 das pessoas que eu conversei. Então, eu entendo que essa matéria deveria ser
363 remetida novamente à Câmara para estudar o que está sendo proposto. Eu acho
364 difícil, porque há uma série de confusões, por exemplo, na proposta do
365 conselheiro Clímaco, ele afirma aqui que Comitê, e eu sou representante de
366 Comitê, não entendo assim, é um órgão gestor, eu acho que há uma confusão de
367 papéis aqui no sistema, o Comitê não é um órgão gestor, nunca foi um órgão
368 gestor, o Comitê é um parlamento, uma plenária que se reúne duas, três vezes
369 por ano, decidindo algumas coisas e dando encaminhamento em alguns assuntos.
370 Mas no dia-a-dia, aquele papel, o órgão gestor é aquele ente do Estado que
371 realmente faz as outorgas, faz os estudos para encaminhamento das outorgas no
372 seu dia-a-dia, não é possível o Comitê fazer isso, isso não é papel do Comitê,
373 portanto, o Comitê pode até indicar alguma coisa relativa a outorga, a modificar o
374 sistema de outorga, mas não é quem promove essa ação no seu dia-a-dia. E
375 também tem, acho que no outro artigo, que coloca como outras instâncias através
376 de suas instâncias, a solicitação, impedimentos, enfim, solicitação, representante
377 também pode solicitar. Caberá ao Poder Público através de suas instâncias
378 competentes na solicitação do CBH, no caso de haver uso insignificante nas
379 regiões de influência e de empreendimentos potencialmente impactantes na
380 qualidade e quantidade de recursos, promover e apoiar tecnicamente o
381 cadastramento dos usos independentes de outorga e derivações, não é aí, é que
382 fala que outras instâncias poderão, que não está definindo isso também, poderão
383 estar interferindo na questão da outorga, quer dizer, isso não fica muito claro aqui,
384 eu não entendi direito quais são essas outras instâncias aí que poderão
385 influenciar. É isso. Obrigado. Então, o encaminhamento é para que não seja
386 aprovado hoje, seja remetido à Câmara novamente.

387
388
389 **O SR. BRUNO JARDIM DA SILVA (INEMA)** – Bom dia a todos, meu nome é
390 Bruno Jardim, eu sou do INEMA da Bahia, estou aqui no Conselho como suplente,
391 Conselhos Estaduais Paraíba, Bahia e Sergipe. A nossa colocação vem da

392 necessidade, é só de uma preocupação que nos leva a perceber de uma forma
393 um pouco diferente, porque quando vemos o nome vazões insignificantes, o que é
394 isso? Talvez seja uma visão puramente quantidade de um manancial que tem uma
395 quantidade e que eu quero dizer que é pouco em relação a essa quantidade que o
396 caracteriza. Mas, quando começamos a considerar aquilo que é pequeno, é mais
397 ou menos como se estivéssemos pegando um pedaço de ferro que eu posso fazer
398 ficar pequeno, mas chega um momento em que ele vira átomo. Então, o que é
399 insignificante do ponto de vista volumétrico pode ser de muito significado do ponto
400 de vista da função social da água. Então, nós temos discutido muito na Câmara
401 Técnica do plano, essa necessidade da visão, da função social, da função
402 econômica da água, para que possamos temperar a gestão da água, não só como
403 uma coisa que preocupa com o equilíbrio da disponibilidade. Então, me parece
404 que falta, por exemplo, eu preciso, mesmo num lugar em que o manancial é muito
405 pouco potente, as pessoas precisam se abastecer e precisam ter o mínimo de
406 condição social, isso, para mim, não precisa de outorga. Agora, enquanto a isso
407 em cada região é um pouco diferente. Então, a grande dificuldade de limite para
408 mim é perceber o que é uma quantidade pequena em relação a minha
409 disponibilidade, mas o que é uma quantidade indispensável para que eu possa
410 fazer as pessoas ter o mínimo de qualidade de vida, esse limite é muito delicado
411 e, às vezes, até pode ser que um transpasse o outro, e, aí, vai exigir um exercício
412 de gestão muito significativa e de muito valor para nós lá no Nordeste. Então, a
413 minha ideia é que nós, naquele item 4, possamos inserir mais algum elemento que
414 leve em consideração esse aspecto, porque se considerarmos somente essa
415 questão do balanço entre o quanto eu tenho e o quanto é pequeno em relação ao
416 que eu tenho, nós não olhamos para a água com uma visão que me parece que
417 nós precisamos cada vez mais agregar a gestão de recursos hídricos. Muito
418 obrigado.

421 **O SR. RUI BRASIL ASSIS (Conselho Estadual de São Paulo)** – Represento aqui o
422 Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo, hoje na
423 condição aqui de titular, aproveito também para justificar a ausência da minha
424 colega Eliane do Estado do Rio de Janeiro, que estava aqui para participar da
425 reunião ontem, mas precisou retornar. Bom, esse é um assunto que o próprio
426 histórico colocado aqui demonstra um desgaste pelas reiteradas vezes em que a
427 Câmara Técnica propôs, e entendemos que de fato são pessoas como já foi
428 colocado aqui, pelo representante do FONASC, que são pessoas que militam na
429 área, e certamente no âmbito da Câmara, um consenso da necessidade de que
430 haja isso e de que isso auxilia. Queria pontuar duas coisas, primeiro essa proposta
431 de Resolução que vem da Câmara, em momento nenhum ela é quantitativa, e ela
432 não tira a prerrogativa nem dos comitês, nem dos conselhos estaduais, nem de
433 qualquer coisa, qualquer instância, a fazer as suas propostas e definições nos
434 seus planos de recursos hídricos, e a própria legislação assegura isso. Então, me
435 parece que a proposta é mais de natureza conceitual e de definir algumas coisas
436 de procedimentos, que é a missão aqui normativa desse Conselho, eu
437 pessoalmente acho que isso é relevante, embora respeite a opinião de outros que
438 dizem que não é importante. Eu acho que é importante sim, que o Conselho defina
439 normas, porque isso dá uma diretriz geral. Por outro lado, também não vejo,
440 embora não tenha me aprofundado na questão da proposta do substitutivo, essa
441 separação das acumulações, me parece que é um uso e é algo que deva ser
442 considerado, então não sei por que conceitualmente separar isso. De toda forma,
443 nós precisamos caminhar num processo construtivo, e eu acredito muito no
444 sistema como um processo construtivo, por mais trabalhoso que isso seja. Então,
445 eu acho que tem algumas coisas, algumas não, muitas que não há convergência,
446 e a proposta seria não que o assunto simplesmente volte à Câmara Técnica, mas
447 que a Câmara Técnica promova discussões mais interlocutoras, com os próprios,
448 embora alguns que pediram vistas participem da própria Câmara Técnica, mais é
449 preciso consolidar um pouco mais esses conceitos e trazer aquilo que realmente
450 possa agregar. Então, eu concordo com os colegas que aqui nos bastidores

ponderaram que ainda existe muito conflito, e não é bom que o Conselho tenha vencidos e vencedores, nós precisamos construir alguma coisa, mas eu acho que nenhum dos substitutivos atende, e na medida em que há esse questionamento, nós precisamos evoluir um pouco mais, embora eu defenda que em algum momento tenhamos que tomar a decisão.

A SR^a. PATRICIA HELENA GAMBOGI BOSON (FIEMG) – Bom dia a todos, Setor Usuário Industrial. Primeiramente dizer que, como eu sempre falo, em quase vinte anos de Conselho, é a quinta vez o que presidente abre a reunião do Conselho. Então, eu acho que começamos bem, começamos com o ministro abrindo a reunião, e para os que estão chegando agora é a quinta vez que isso acontece em vinte anos de Conselho. Então, estamos começando bem, dar boas-vindas ao Ricardo, e ao contrário, no CONAMA, pode ser que tenha acontecido cinco reuniões sem a presença do ministro, em mais de trinta anos do CONAMA, ao contrário do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, para você ver como que as coisas são diferentes. Dar boas-vindas ao Ricardo, esperamos aí sucesso, e pode contar aqui com o nosso segmento para o seu sucesso e para o sucesso da gestão de recursos hídricos. Quero também parabenizar a fala do Carlão, eu acho que no momento de uma crise institucional republicana que o País vive, onde o legislativo que executar, o executivo que legislar e o judiciário quer fazer as duas coisas, eu acho muito importante que alguém venha aqui e defina papéis bem definidos, porque não é fazendo papel que é do outro que eu faço bem o meu papel, eu tenho que fazer bem o meu papel configurado dentro do meu papel, e o Comitê tem esse papel legislativo, esse papel de gerar políticas, e não da execução, não é o papel executivo, o papel executivo é do poder executivo, que é da Secretaria-Executiva. Então, parabéns, Carlão, eu fico muito satisfeita de uma liderança de Comitê ter esse pensamento tão claro a respeito disso. Sobre essa proposta, eu acho que se alguém for recuperar o histórico com atas e falas, todos vão ver e enxergar que o setor usuário, especialmente da indústria, sempre disse

481 que essa matéria não deveria ser matéria de regulamentação de norma, essa é
482 uma matéria de engenharia, não confundam engenharia com a formação de
483 engenheiro civil, engenharia no sentido de engenhar, porque é caso a caso,
484 depende da questão local, depende da disponibilidade hídrica local, seria muito
485 difícil, não atoa a Política Nacional de Recursos Hídricos disse que essas normas
486 deveriam ser estabelecidas pelos comitês de bacias hidrográficas, porque é uma
487 matéria caracteristicamente local, por isso a 9.433 disse que era o Comitê de
488 Bacias Hidrográficas que deveria fazer essa definição, não foi à toa, não existe
489 letra morta na Legislação, ela tem sempre um propósito, e esse é o propósito.
490 Então, se os senhores quiserem recuperar, nós sempre dissemos isso, tentamos
491 convencer a Câmara Técnica, tentamos convencer esse Conselho de que isso
492 não era uma matéria que deveria ter normas gerais, porque as normas são
493 sempre específicas, mas fomos votos vencidos. Hoje, a fala do conselheiro da
494 Paraíba, tem toda a razão, a fala do conselheiro João Clímaco também, só que as
495 emendas vão ficar muito pior do que o conserto, vai virar uma colcha de retalho,
496 não temos a menor condição de discutirmos aqui hoje a inserção ou não dessas
497 emendas. Então, eu quero apoiar a proposta do conselheiro Rui Brasil, de que
498 essa matéria efetivamente volte sim, e não vamos ficar desanimados com isso
499 não, porque é melhor nós investirmos tempo em fazer uma boa proposta do que
500 açodadamente aprovar uma proposta só porque ela já está não sei quantos anos
501 discutindo, só porque já se investiu muito tempo, é preferível que esse Conselho
502 faça uma proposta que possa efetivamente ser seguida do que uma proposta que
503 depois nós vamos ter dificuldade de normatização, e reitero, inclusive a
504 rediscussão de que se precisamos efetivamente tratar de uma proposta em que a
505 Lei diz que é o Comitê de Bacias Hidrográficas que tem que definir. Obrigada.

506
507
508 **A SR^a. JUSSARA CABRAL CRUZ (ABRH)** – Bom dia a todos, bom dia, senhor
509 secretário, ao diretor, a nova instituição. Eu sou Jussara, representante das
510 organizações técnicas, pela Associação Brasileira de Recursos Hídricos. Depois

da fala da Patrícia, eu vou ter que fazer um comentário adicional que eu não tinha me preparado, na verdade essa Resolução, ela não veio no propósito de substituir os comitês, o papel dos comitês, pelo contrário, na própria Resolução, ela remete que as coisas possam ser definidas lá nos seus planos etc., a Resolução traz isso, ela não retira essa prerrogativa. Em segundo lugar, ela veio para tentar dar um norte para as regiões, os comitês, etc., que tenham dúvidas de como fazer, então é um corte, ela não define coisas específicas, os valores, as definições, e não do próprio Comitê. Nos artigos, agora no próprio Art. 7º, ele é bastante claro que o órgão outorgante, ele vai considerar o balanço hídrico da bacia como um todo, o somatório dos outorgados e dos não outorgados. Então, quando isso já estiver no limite da capacidade, da disponibilidade, vai ser revisto, está colocado nessa Resolução, ela é uma Resolução que no meu entender, na minha análise, depois que veio para cá, ela já veio com esses conflitos resolvidos. Eu não entendo, por exemplo, o porquê de tirar, por exemplo, as acumulações, porque existem regiões que isso é interessante, tem bastante água e tem condições de fazer pequenas acumulações sem prejudicar a questão da disponibilidade. Lembrando, a própria Resolução diz que precisa ter o cadastro para ter o levantamento de todo o uso, de todos os quantitativos de uso, de modo que nunca isso ultrapasse a disponibilidade da bacia. Se nós retirarmos isso, têm bacias que vão ficar muito prejudicadas, e nas bacias, como no caso do Nordeste, não tem problema, isso vai estar lá no Plano, vai dizer que não é para colocar, se for o caso, as acumulações, a Resolução não limita que se faça os ajustes locais. É a minha visão, eu deixo isso para reflexão. O Art. 7º, além de considerar o balanço global, a soma de usos outorgados e usos insignificantes, no Art. 6 é colocado que o conjunto do empreendedor não pode ultrapassar aquele limite que o Comitê, a bacia, o plano de bacia fosse considerar como limitante. Era isso. Então, está bom. Obrigada.

O SR. MARCÍLIO JOSÉ ROSA E SILVA (MESFA-ONG) – Bom dia, Marcílio Rosa, conselheiro suplente do seguimento ONGs, do Movimento Ecológico São Francisco de Assis, quero também cumprimentar o secretário, a sua presença, e realmente com uma demonstração clara com a presença do ministro de que agora a Política Nacional de Recursos Hídricos vai ter um aporte mais significativo. Eu quero reforçar também a proposta de aprofundarmos esse debate, um debate muito complexo, apesar de anos e anos, não só pelo histórico já apresentado, lembro quando eu participava das reuniões da CTPOAR, isso já era uma matéria muito discutida, mas realmente é necessária hoje, desse ponto ser retirado e ser devolvido não só para a CTPOAR, como também para a Câmara de Outorga, que tem um papel muito importante. Então, desculpe, perdão. Em ser devolvido para essa Câmara Técnica, e também fazer um seminário, eu acredito que é importante um seminário, ouvindo os técnicos, ouvindo os entes e ouvindo as partes interessadas, e tanto o grande usuário, e que veja que as vezes, esquecidos que são os pequenos agricultores, as comunidades tradicionais, que muitas vezes não são ouvidas em todos esses conflitos. Então, basicamente são essas sugestões, essas propostas para esse debate. Obrigado.

A SR^a. TEREZA CRISTINA ESMERALDO DE OLIVEIRA (Clube das Mães Santa Luzia - ONGS) – Bom dia a todos. Bom dia. Eu gostaria de cumprimentar a mesa, o nosso novo secretário, Dr. Ricardo, Dr. Sérgio, e externar a satisfação da sociedade civil, na fala do nosso ministro, entendendo o novo marco para a gestão das águas do nosso País. Conselheira Tereza Cristina, segmento das ONGs, represento o Clube de Mães de Santa Luzia. Na verdade, eu gostaria de comungar com as falas dos demais conselheiros num momento de nós abrirmos espaço de uma maior avaliação, de maiores debates, e eu gostaria de também fazer uma sugestão, eu estou no Estado do Maranhão, o Estado do Maranhão agora está começando a definir todo esse debate que já tem sido feito há anos, então eu gostaria de sugerir que qualquer iniciativa que nós possamos receber a

reunião da Câmara Técnica ou de uma proposta de um seminário, se assim for definido que seja no Maranhão, nós estamos até numa forma de incentivar o Maranhão a montar o seu sistema de outorgas e aprender com o Brasil, o Maranhão precisa muito dessa troca de experiências, e essa é a nossa proposta para estarmos juntos, para que o Maranhão possibilite conhecer e acompanhar essa discussão, que já se faz há bastante tempo. Muito obrigada.

O SR. RICARDO J SOAVINSKI (Secretário-Executivo do CNRH) – Obrigado pela fala. Mais alguém? Nenhum inscrito, por favor, senhor secretário que pediu vistas, pede agora para fazer comentários, eu acho importante depois das falas. Por favor.

O SR. JOÃO FERNANDES DA SILVA (Conselho Estadual da Paraíba) – Eu acho que nós tínhamos duas propostas, no meu entender elas deviam ter sido previamente analisadas em conjunto, para ver o que havia de convergente e o que havia de divergência, e se era possível sanar, não há grandes contradições entre a pretensão da Comissão e o trabalho feito pela FONASC, ela acrescenta algumas coisas, foi contestada a história de que ele queria tratar de competência do órgão, ele não tratou disso em canto nenhum, se é Órgão Gestor, se é órgão estadual, eu entendi por aí. Concordo, uma coisa tem que ser observada aqui, as comissões vêm analisando a temática posta sobre a mesa há muito tempo aqui na casa, toda vez que traz para aqui, secretário, volta, porque alguém pede vistas, e isso atrapalha o processo legislativo aqui. Como nem todo conselheiro é membro de Comissão, eu tive esse cuidado de me inscrever, já que fui indicado conselheiro, me inscrevi nas comissões para não ficar alheio ao que está acontecendo, porque todos tem muito que fazer, a grande verdade é essa, aí chega um relatório daqui, documentação apresentada, dez, doze documentos, tem documento que eu não li, e tenho certeza absoluta de que muitos companheiros

600 não conseguiram ler, porque não tem tempo para isso, o que verdadeiramente
601 deveria acontecer, permita-me ter que me alongar nessa história, é porque eu já
602 fui parlamentar um bocado de vezes na minha vida, e as coisas só funcionam
603 porque quem delibera finalmente é o conselheiro aqui, tem a Comissão Técnica,
604 ela é importante, ela nos orienta, monta um parecer, nos dá o discurso, mas quem
605 vai votar é o senhor, quem vai votar é a senhora que está aí, e se a senhora não
606 estiver suficientemente esclarecida ou convencida de proposta A ou B, toda vez
607 vai acontecer isso. Eu não estou preocupado em ver o meu relatório aprovado,
608 isso para mim é secundário, porque no fundo no fundo, eu acho que essa matéria
609 deveria ser tratada lá na base. Quando eu disse que é competência do Conselho
610 que isso deveria constar no Plano de Bacia, está escrito na Lei 9.433, a
611 companheira que representa, me parece, as indústrias, falou com propriedade,
612 essa matéria é importante, mas não é fundamental. Quase todos os conselhos
613 que funcionam já usam esses instrumentos, já sabem o que é pouca expressão, já
614 sabe o que é recurso insignificante, já tem inclusive definido seu parâmetro, se a
615 Paraíba tem, que é um dos estados mais pobres da Federação, imagina os outros
616 que são mais poderosos e mais ricos. Por isso, secretário, eu acho que se fosse
617 possível, não precisava talvez votar a Comissão, era juntar os dois relatores, ver
618 se é possível fazer convergir, até em respeito ao trabalho que vocês fizeram,
619 porque vai voltar para lá, e da outra vez volta de novo, e nós vamos passar
620 eternamente fazendo isso aqui? Eu acho que quando nós conselheiros devemos
621 vir para cá, devemos vir disposto a perder, a ganhar, a votar certo, a votar errado,
622 mas dá consequência ao trabalho legislativo, porque é assim, secretário, que a
623 Câmara da Paraíba, a Câmara Federal daqui, o Senado Federal, qualquer
624 parlamento, é assim que funciona, as coisas têm que vir, é claro que o técnico é
625 muito importante, porque ele estuda a matéria e põe na bandeja para nós
626 consumirmos, e nós, os conselheiros só chegamos aqui para consumir, mas todos
627 os conselheiros aqui vão para as comissões técnicas assistir esses debates? Volta
628 para lá. Quem vai acompanhar? Portanto, eu proporia, na verdade, não estou
629 preocupado com o resultado, estou preocupado em respeitar o trabalho de quem

se dedicou a isso, de quem se dedicou a estudar aqui a matéria, e preocupado com a inconsequência de devolver essa matéria para as comissões de novo.

O SR. RODRIGO FLEXA (ANA) – A posição aqui, eu estou falando em nome da ANA, nós já vimos essa matéria, já tem quatro anos que está no âmbito da CTPOAR, ela já foi e voltou três vezes, não é isso, secretário? E nós já vimos manifestações aqui de que é uma matéria que ainda não está suficientemente amadurecida, tem um conjunto de temas ainda que não estão muito bem estabelecidos, nós percebemos isso pelas recomendações que o Dr. João Fernandes fez, a própria Associação Camponesa do FONASC, que fez essas observações também. Então, nós temos que fazer uma reflexão mais aprofundada sobre isso, fechar uma matéria dessas no plenário, eu acho muito difícil, muito delicada, eu entendo Dr. João, a sua preocupação também de respeitar os membros da Câmara Técnica, na linha de participar da discussão, também não vejo a necessidade de se fazer seminário sobre o tema não. Eu acho que o tema poderia, ele deve ser revisado na linha de se rever a Resolução 16 também, que é uma Resolução de 2001, a Resolução 126 e todos os temas correlatos que abordam isso, eu acho muito preocupante se fechar uma Resolução aqui em um contexto de um Plenário, que pode correr o risco dessa Resolução, que já está uma coxa de retalho, ela ser mais uma coxa de retalho sem uma boa costura. Então, eu acho que na linha aí do que colocou o Carlão, o próprio Bruno Jardim, o Rui Brasil fez algumas ponderações, a Patrícia também, a Jussara, por sua vez, já achou que deveria avançar, mas a ONG São Francisco de Assis também fez as ponderações, eu acho que precisa de mais reflexão sobre o assunto, não está maduro, tem relação se nós formos verificar com a Política Nacional de Segurança de Barragem também, porque acumulações de pouca expressão também poderão ter algum impacto no âmbito da Política Nacional de Barragem, tem a história que uns querem cadastrar, nós temos tecnologias hoje para fazer o balanço hídrico de maneira diferenciada, seja com imagens de satélites, consumo de energia elétrica.

Então, tem um conjunto de implicações que não estão suficientemente amadurecidas. É um programa de Engenharia também. Alguns tentaram colocar que o uso de pouca expressão, acumulação seria um percentual da vazão regularizada, mas isso impacta, por que com que nível de garantia seria essa vazão regularizada? O Órgão Gestor vai ter que fazer balanços hídricos e estimativa de regularização com diversos níveis de garantia a cada ponto de uma acumulação. Então, tem um conjunto de parâmetros aí e de complexidades que no nosso ponto de vista não permitem que o Plenário, propriamente dito, faça uma reavaliação aqui agora pelo conjunto de depoimentos já colocados. Então, a ideia, eu acho que Secretário é de fazer a revisão em um contexto mais macro dessa Resolução. Entendeu? Considerando a 16, considerando essa, considerando a 126 e outras resoluções correlatas que abordam o tema; e considerando obviamente as especificidades nacionais, cada região brasileira tem a sua especificidade.

O SR. RICARDO J SOAVINSKI (Secretário-Executivo do CNRH) – Bem, mais algum inscrito? Acho que não tem ninguém. Eu vou tentar propor o encaminhamento aqui, pelo que é natural que o procedimento, após os pedidos de vistas, o normal seria colocar em votação o que foi apresentado pela Câmara Técnica, e os outros dois relatórios, os encaminhamentos propostos pelos Conselheiros, ou pelas instituições que pediram vistas. Considerando o conjunto aqui das manifestações, eu tomei nota aqui da maioria que eu pude. São nove conselheiros que pediram a palavra e o que eu senti, e aqui foi o Flecha da ANA fez até um resumo aqui no final também, e me ajudou, o que eu senti é que tem ainda uma..., eu não digo uma insatisfação, mas eu sinto que a maioria não está confortável em colocar em votação e pelas manifestações, a grande maioria, pede que ou sugere que retorne à Câmara Técnica, foi o meu sentimento; e bastante claro aqui de alguns conselheiros, por uma série de razões que acho que não cabe aqui eu repeti-las. Então, considerando essas manifestações, eu queria

690 propor aqui um encaminhamento diferente inicialmente. Primeiro de que
691 considerássemos as manifestações dos conselheiros que pediram vistas, eu tenho
692 até o meu ponto de vista, vou até chegando agora aqui na Secretaria e no
693 Conselho, até seria bom que eu tivesse tido mais tempo um pouco até para me
694 aprofundar em vários temas aqui, embora nesse aqui eu pude também discutir
695 bastante com a equipe internamente. E respeitando esses posicionamentos e
696 também considerando que logicamente qualquer coisa que nós venhamos, que o
697 Conselho venha aprovar aqui, isso tenha uma repercussão bastante forte lá nas
698 bases. Então, eu acho que cada Resolução que venhamos adotar aqui, tudo bem
699 que têm quatro anos que essa matéria está tramitando, mas que tenhamos
700 sempre em mente a avaliação, o que isso lá na prática vai representar do ponto de
701 vista de providência dos órgãos gestores, de burocracia para os usuários, enfim,
702 para aqueles que tem que atender qualquer pedido, por exemplo, aqui de um
703 cadastramento, como que isso será feito. Eu acho que tem uma série de questões
704 aqui, isso eu levantei anteriormente lá na Secretaria que toda a atitude que
705 tomamos, seja colegiado, ou seja enquanto gestor público, ou seja de maneira
706 independente, através de portarias e tal que não tenha que submeter a um
707 Conselho, ele faça um registro a política de recursos hídricos, ela é muito
708 interessante, primeiro pelo processo centralizado de sua gestão; segundo pelo
709 processo colegiado, quer seja lá nas bacias, nos Conselhos Estaduais e aqui no
710 Conselho Nacional. Então, isso é muito bacana, mas por mais que nós tenhamos
711 as Câmaras Técnicas, que não são poucas, por mais que discutamos tudo aqui,
712 eu acho que a reflexão muito clara de como isso vai acontecer, quem vai fazer,
713 que tamanho é o trabalho lá na ponta e para que serve claramente, eu acho que
714 nós temos que ter e nunca podemos deixar de fazer isso com toda a profundidade
715 que o caso requer. Então, dito isso, e aí eu expresso um pouco do que ouvi da
716 equipe durante essas poucas semanas que aqui estou; e considerando as falas
717 aqui dos conselheiros, eu queria propor o seguinte, com toda a sensibilidade que o
718 caso requer que colocássemos em votação primeiramente se o assunto deve
719 voltar à Câmara Técnica, e aí sim nós poderíamos fazer um seminário, ou ampliar

um pouco a discussão, enfim, eu acho que isso nós podemos discutir um pouquinho depois, nós podemos até ver com a ANA se pode nos ajudar a organizar uma discussão mais ampla, eu não sei se na forma de um Seminário, Vicente, como poderia ser, mas essa seria a proposta, nós voltamos, damos uma ampliada na discussão, tenta uma convergência. Acho que a liderança do próprio Conselho pode ajudar nisso de costurar uma convergência para trazer aqui algo mais fácil até de se votar e que reflita realmente nos trabalhos que vão fazer depois, com todo o respeito Conselheiro da Paraíba, enfim, que eu acho que temos que trazer as coisas e votar sim, mas pelos apelos que foram feitos aqui, eu assim com a minha sensibilidade, quase trinta anos de serviço público e ouvindo os vários setores, eu proporia isso. Primeiro votamos aqui se deve voltar para a Câmara Técnica para o aprofundamento, enfim, tratar de tudo que foi colocado aqui, ou não. Então, eu colocaria dessa maneira aqui os encaminhamentos, e dependendo dos resultados, se votarem pelo não retorno, aí sim nós vamos aqui tratar dos encaminhamentos e a votação desses aqui. Podemos encaminhar dessa maneira? Tenho que colocar em votação isso se podemos adotar esse procedimento, ou podemos ir diretamente para a votação? Desculpa. Só o procedimento aqui para depois não errarmos, e termos problemas mais na frente. Então, eu vou fazer aqui de maneira bem prática e objetiva. A matéria aqui colocada quem votar a favor, ou seja, colocando aqui o voto, deve voltar à análise da Câmara Técnica, vou colocar em votação. Os que apoiam essa proposição, por favor, se manifestem levantando o cartão. Por favor, vamos à contagem.

O SR. NÃO IDENTIFICADO – Vamos fazer por contraste primeiro, se precisar vota. Fazemos agora a votação de quem não concorda.

O SR. RICARDO J SOAVINSKI (Secretário-Executivo do CNRH) – É isso mesmo. Quarenta votos favoráveis. Eu acho que não precisa... Para registro.

750 Contrários? Aqueles que são contrários ao retorno à Câmara Técnica, por favor.
751 Um voto. E abstenções? Então, fica aqui registrado que pelo encaminhamento
752 proposto, só para registro bem claro, houve quarenta votos favoráveis ao retorno
753 da matéria à Câmara Técnica para uma reanálise com ampliação se possível da
754 sua discussão. E um voto contrário, e nenhuma abstenção. Então, está aprovada
755 essa matéria com seu retorno à Câmara Técnica. Obrigado.

756